

LEI Nº 353, DE 17 DE JUNHO DE 2025

**INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (CMDM) E O FUNDO MUNICIPAL ESPECIAL DOS DIREITOS DA MULHER – FUMEDM DO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O Prefeito Municipal de Caridade do Piauí-PI**, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores de Caridade do Piauí aprovou e ele sanciona a presente Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e consultivo do Município de Caridade do Piauí-PI.

**Parágrafo único.** O CMDM tem competência propositiva, consultiva e fiscalizadora no que se refere às políticas públicas sob a ótica de gênero, pugnando pela igualdade e equidade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de modo a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania, fomentando sua inclusão em atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

**Art. 2º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será constituído por oito (8) membros representativos do Poder Público e quatro (8) membros representativos de órgãos ou entidades representativas da Sociedade Civil, legalmente constituídas, e respectivos suplentes, envolvidos com a questão da mulher, a serem nomeados por decreto do Prefeito Municipal.

**§ 1º** Os órgãos representativos do Poder Público são:

- I- Dois (2) representante da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres;
- II- Dois (2) representantes da Secretaria de Assistência Social;
- III- Dois (2) representante da Secretaria da Saúde;
- IV- Dois (2) representante da Secretaria de Administração;



Estado do Piauí  
**Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí**

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

---

§ 2º Os órgãos ou entidades representativas da sociedade civil, legalmente constituídas e em regular funcionamento, sem fins lucrativos e com atuação municipal no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher, são:

I- Representante de entidade de assistência social que presta atendimento à mulher, quando tiver;

II- Representante de entidades de atenção integral à saúde da mulher, quando tiver;

III- Representante de núcleos de estudo de gênero das universidades/faculdades, quando tiver;

IV- Representante de associações de classes /associações de mulheres empreendedoras;

V- Representantes de associações/organizações de mulheres etnias e raças;

VI - Representante de instituições de atendimento a mulheres vítimas de violência;

VII - Representante de entidades de defesa dos direitos da mulher, unidade de acolhimento, Ong e/ou similares.

VIII - Representante de entidade vinculada a povos tradicionais (e/ou conforme especificidade do município).

§ 3º O titular da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres convocará o Fórum através de chamamento público, a ser realizado no órgão oficial do município e/ou em diário de grande circulação municipal, para escolha dos representantes da sociedade civil.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho é de dois (2) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 5º A presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será alternada, a cada ano da respectiva gestão, por representante do Poder Público e por representante da Sociedade Civil.

E-mail.: [pmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:pmcaridadedopiaui@gmail.com) - [cplcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:cplcaridadedopiaui@gmail.com)



Estado do Piauí  
**Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí**

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

---

**§ 6º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será presidido por uma mulher, escolhida dentre as conselheiras, em votação a ser realizada na primeira reunião ordinária da respectiva gestão.

**§ 7º** Exercerá a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, inicialmente, a representante governamental ou não governamental mais votada, por maioria simples.

**§ 8º** A diretoria será eleita por maioria simples, dentre os membros do Conselho.

**§ 9º** A diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá a seguinte composição:

- I- presidente;
- II- vice-presidente;
- III- primeiro secretário;
- IV- segundo secretário;

**§ 10** Em caso de renúncia ou morte de conselheira titular eleita, assumirá a suplente; e, em caso de renúncia ou morte da suplente, o órgão ou entidade por ela representado deverá indicar a substituta, no prazo de 10 dias do comunicado.

**Art. 3º** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

- I- elaborar seu Regimento Interno;
- II- propor diretrizes e políticas voltadas à eliminação das discriminações que atingem a mulher;
- III- propor instrumentos concretos que assegurem a participação da mulher em todos os níveis e setores da atividade municipal, ampliando as alternativas de emprego e renda para a mulher;
- IV- estimular, apoiar e desenvolver estudos, projetos e debates relativos à condição da mulher, bem como propor medidas ao Governo, objetivando eliminar toda e qualquer forma de discriminação e violência;

V- promover intercâmbio com instituições e organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, de interesse público ou privado, com a finalidade de estudar, elaborar e propor políticas, medidas e ações relacionadas às competências do Conselho;

VI- estabelecer e manter canais de relação com os movimentos de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos;

VII- realizar campanhas educativas de conscientização sobre a violência contra a mulher;

VIII - propor a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica, além de estimular a instituição de serviços e benefícios de apoio a mulheres vítimas de violência;

IX- acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação e convenções coletivas que assegurem e protejam os direitos da mulher;

X- garantir, através de propostas e sugestões, o desenvolvimento de programas dirigidos às mulheres, especialmente nas áreas de:

- a) assistência social;
- b) atenção integral à saúde da mulher;
- c) prevenção à violência contra a mulher;
- d) educação;
- e) habitação;
- f) planejamento urbano;
- g) lazer e cultura;
- h) geração de emprego e renda.

XI- receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

XII- organizar e coordenar a Conferência Municipal de Políticas Públicas para a Mulher.

**Art. 4º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher organizar-se-á de acordo com seu Regimento Interno, que deverá assegurar a periodicidade e publicidade de suas reuniões.

**Art. 5º** A função de membro do Conselho criado pela presente Lei não é remunerada, sendo considerada como prestação de relevantes serviços públicos, voluntário.

**Art. 6º** O Poder Executivo providenciará a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

**Art. 7º** Fica instituído o Fundo Municipal Especial dos Direitos da Mulher - FUMEDM, destinado a gerir recursos para financiar a manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e programas de atendimento e defesa dos direitos da mulher, que promovam:

- I. A **igualdade de gênero**;
- II. O **enfrentamento à violência contra a mulher**;
- III. A **autonomia econômica e capacitação profissional** de mulheres;
- IV. A **saúde integral da mulher**, incluindo saúde reprodutiva e mental;
- V. A **educação em direitos das mulheres**;
- VI. Outras iniciativas que visem ao **empoderamento feminino**.

**Parágrafo único.** O FUMEDM é um Fundo Especial, de natureza contábil, no qual são alocados recursos destinados a atender às necessidades das Políticas Públicas para Mulheres e do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

**Art. 8º** Fica facultado ao Conselho o direito de estabelecer parcerias para o desenvolvimento de projetos, programas e ações podendo para tanto firmar convênios, protocolos e outros instrumentos similares, para obtenção de recursos, equipamentos e pessoal.

**Art.9º** Constituem **recursos do Fundo Municipal da Mulher**:

- I. Dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Anual do Município;
- II. Transferências de recursos estaduais, federais ou internacionais;
- III. Doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;
- IV. Rendimentos de aplicações financeiras;

V. Recursos decorrentes de multas ou penalidades por descumprimento de leis de proteção à mulher;

VI. Outras fontes legalmente admitidas.

**Art. 10º** A gestão do Fundo será realizada por o **Conselho Gestor e/ou Gestão da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e monitorado pelo conselho CMDM, que deverá analisar balanços mensal, assim como aprovar Plano de Ação Anual de Aplicação de recursos.**

**Art. 11º** Os recursos do Fundo serão aplicados exclusivamente em:

I. Projetos de **prevenção e combate à violência doméstica**;

II. **Cursos de capacitação e geração de renda** para mulheres em vulnerabilidade;

III. Campanhas educativas sobre **direitos das mulheres**;

IV. Apoio a **abrigos e centros de atendimento** à mulher vítima de violência;

V. Ações de **saúde preventiva** e assistência psicológica.

VI. Ações socioassistencial, de forma conjunta.

VII. E outras/os que venham a se enquadrar dentro das Políticas Públicas para Mulheres.

**Art. 12º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados de sua publicação.

**Art. 13º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, de transferência oriundos de recursos estadual ou Federal.

**Art. 14º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí-PI, 10 de abril de 2025.



**CLEIVANILSON JOSÉ DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

A ordem do dia da sessão de hoje  
Sala das Sessões da Câmara Municipal  
de Caridade do Piauí - PI

Em 17/06/2025

[Assinatura]  
Secretário da Câmara

APROVAÇÃO

Discussão 17/06/2025

[Assinatura]  
SECRETÁRIO

## A SANÇÃO

Sala das Sessões, Em 17/06/2025

[Assinatura]  
PRESIDENTE DA CÂMARA

Promulgada em: 18/06/2025

Publicado em: 18/06/2025

[Assinatura]  
CLEIVANILSON JOSE DE CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionado em: 18/06/2025

Publicado em: 18/06/2025

[Assinatura]  
CLEIVANILSON JOSE DE CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado do Piauí  
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí  
Rua João José de Sousa, s/nº - Centro, Caridade do Piauí  
Fone/Fax: (09) 3464-0125  
CEP: 64590-000  
CNPJ: 01.612.575/0001-28

#### 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3,0 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Caridade do Piauí – PI, 14 de maio de 2025

CLEIVANILSON JOSÉ DE ASSIS  
Assinado de forma digital por CLEIVANILSON JOSÉ DE ASSIS  
CARVALHO/0163896038  
Data: 2025.05.14 10:18:19 -03'00'

Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí/PI

Cleivanilson José de Carvalho

CONTRATANTE

FRANCISCO DE ASSIS  
DOS REIS  
CARVALHO/0163896038  
Data: 2025.05.14 10:18:19 -03'00'

FTCC FARMACUTICAS LTDA

CNPJ/MF sob o nº 31.819.670/0001-68

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
CPF/RG \_\_\_\_\_ CPF/RG \_\_\_\_\_

E-mail: gpcaridade@caridadepi.com.br - gpcaridade@caridadepi.com.br

**Id:0F8BEF439CB83324**

Estado do Piauí

**Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí**

Rua João José de Sousa, s/nº - Centro, Caridade do Piauí

Fone/Fax: (09) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

**LEI Nº 353, DE 17 DE JUNHO DE 2025**

**INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (CMDM) E O FUNDO MUNICIPAL ESPECIAL DOS DIREITOS DA MULHER – FUMEDM DO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Caridade do Piauí-PI, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores de Caridade do Piauí aprovou e ele sanciona a presente Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e consultivo do Município de Caridade do Piauí-PI.

**Parágrafo único.** O CMDM tem competência propositiva, consultiva e fiscalizadora no que se refere às políticas públicas sob a ótica de gênero, pugnando pela igualdade e equidade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de modo a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania, fomentando sua inclusão em atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

**Art. 2º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será constituído por oito (8) membros representativos do Poder Público e quatro (4) membros representativos de órgãos ou entidades representativas da Sociedade Civil, legalmente constituídas, e respectivos suplentes, envolvidos com a questão da mulher, a serem nomeados por decreto do Prefeito Municipal.

**§ 1º** Os órgãos representativos do Poder Público são:

- I- Dois (2) representante da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres;
- II- Dois (2) representantes da Secretaria de Assistência Social;
- III- Dois (2) representante da Secretaria da Saúde;
- IV- Dois (2) representante da Secretaria de Administração;

E-mail: gpcaridade@caridadepi.com.br - gpcaridade@caridadepi.com.br

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

E-mail: gpcaridade@caridadepi.com.br - gpcaridade@caridadepi.com.br

#### 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

#### 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023, ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

E-mail: gpcaridade@caridadepi.com.br - gpcaridade@caridadepi.com.br



Estado do Piauí  
**Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí**  
 Rua João José de Sousa, s/nº - Centro, Caridade do Piauí.  
 Fone/Fax: (89) 3464-0125  
 CEP: 64590-000  
 CNPJ: 01.612.575/0001-28

§ 2º Os órgãos ou entidades representativas da sociedade civil, legalmente constituídas e em regular funcionamento, sem fins lucrativos e com atuação municipal no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher, são:

- I- Representante de entidade de assistência social que presta atendimento à mulher, quando tiver;
- II- Representante de entidades de atenção integral à saúde da mulher, quando tiver;
- III- Representante de núcleos de estudo de gênero das universidades/faculdades, quando tiver;
- IV- Representante de associações de classes /associações de mulheres empreendedoras;
- V- Representantes de associações/organizações de mulheres étnias e raças;
- VI - Representante de instituições de atendimento a mulheres vítimas de violência;
- VII - Representante de entidades de defesa dos direitos da mulher, unidade de acolhimento, Ong e/ou similares.
- VIII - Representante de entidade vinculada a povos tradicionais (e/ou conforme especificidade do município).

§ 3º O titular da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres convocará o Fórum através de chamamento público, a ser realizado no órgão oficial do município e/ou em diário de grande circulação municipal, para escolha dos representantes da sociedade civil.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho é de dois (2) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 5º A presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será alternada, a cada ano da respectiva gestão, por representante do Poder Público e por representante da Sociedade Civil.

E-mail: [pmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:pmcaridadedopiaui@gmail.com) - [cmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:cmcaridadedopiaui@gmail.com)



Estado do Piauí  
**Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí**  
 Rua João José de Sousa, s/nº - Centro, Caridade do Piauí.  
 Fone/Fax: (89) 3464-0125  
 CEP: 64590-000  
 CNPJ: 01.612.575/0001-28

- V- promover intercâmbio com instituições e organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, de interesse público ou privado, com a finalidade de estudar, elaborar e propor políticas, medidas e ações relacionadas às competências do Conselho;
- VI- estabelecer e manter canais de relação com os movimentos de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos;
- VII- realizar campanhas educativas de conscientização sobre a violência contra a mulher;
- VIII - propor a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica, além de estimular a instituição de serviços e benefícios de apoio a mulheres vítimas de violência;
- IX- acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação e convenções coletivas que assegurem e protejam os direitos da mulher;
- X- garantir, através de propostas e sugestões, o desenvolvimento de programas dirigidos às mulheres, especialmente nas áreas de:

- a) assistência social;
- b) atenção integral à saúde da mulher;
- c) prevenção à violência contra a mulher;
- d) educação;
- e) habitação;
- f) planejamento urbano;
- g) lazer e cultura;
- h) geração de emprego e renda.

XI- receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

XII- organizar e coordenar a Conferência Municipal de Políticas Públicas para a Mulher.

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher organizar-se-á de acordo com seu Regimento Interno, que deverá assegurar a periodicidade e publicidade de suas reuniões.

E-mail: [pmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:pmcaridadedopiaui@gmail.com) - [cmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:cmcaridadedopiaui@gmail.com)



Estado do Piauí  
**Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí**  
 Rua João José de Sousa, s/nº - Centro, Caridade do Piauí.  
 Fone/Fax: (89) 3464-0125  
 CEP: 64590-000  
 CNPJ: 01.612.575/0001-28

§ 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será presidido por uma mulher, escolhida dentre as conselheiras, em votação a ser realizada na primeira reunião ordinária da respectiva gestão.

§ 7º Exercerá a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, inicialmente, a representante governamental ou não governamental mais votada, por maioria simples.

§ 8º A diretoria será eleita por maioria simples, dentre os membros do Conselho.

§ 9º A diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá a seguinte composição:

- I- presidente;
- II- vice-presidente;
- III- primeiro secretário;
- IV- segundo secretário;

§ 10 Em caso de renúncia ou morte de conselheira titular eleita, assumirá a suplente; e, em caso de renúncia ou morte da suplente, o órgão ou entidade por ela representado deverá indicar a substituta, no prazo de 10 dias do comunicado.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

- I- elaborar seu Regimento Interno;
- II- propor diretrizes e políticas voltadas à eliminação das discriminações que atingem a mulher;
- III- propor instrumentos concretos que assegurem a participação da mulher em todos os níveis e setores da atividade municipal, ampliando as alternativas de emprego e renda para a mulher;
- IV- estimular, apoiar e desenvolver estudos, projetos e debates relativos à condição da mulher, bem como propor medidas ao Governo, objetivando eliminar toda e qualquer forma de discriminação e violência;

E-mail: [pmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:pmcaridadedopiaui@gmail.com) - [cmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:cmcaridadedopiaui@gmail.com)



Estado do Piauí  
**Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí**  
 Rua João José de Sousa, s/nº - Centro, Caridade do Piauí.  
 Fone/Fax: (89) 3464-0125  
 CEP: 64590-000  
 CNPJ: 01.612.575/0001-28

Art. 5º A função de membro do Conselho criado pela presente Lei não é remunerada, sendo considerada como prestação de relevantes serviços públicos, voluntário.

Art. 6º O Poder Executivo providenciará a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 7º Fica instituído o Fundo Municipal Especial dos Direitos da Mulher - FUMEDM, destinado a gerir recursos para financiar a manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e programas de atendimento e defesa dos direitos da mulher, que promovam:

- I. A igualdade de gênero;
- II. O enfrentamento à violência contra a mulher;
- III. A autonomia econômica e capacitação profissional de mulheres;
- IV. A saúde integral da mulher, incluindo saúde reprodutiva e mental;
- V. A educação em direitos das mulheres;
- VI. Outras iniciativas que visem ao empoderamento feminino.

Parágrafo único. O FUMEDM é um Fundo Especial, de natureza contábil, no qual são alocados recursos destinados a atender às necessidades das Políticas Públicas para Mulheres e do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Art. 8º Fica facultado ao Conselho o direito de estabelecer parcerias para o desenvolvimento de projetos, programas e ações podendo para tanto firmar convênios, protocolos e outros instrumentos similares, para obtenção de recursos, equipamentos e pessoal.

Art. 9º Constituem recursos do Fundo Municipal da Mulher:

- I. Dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Anual do Município;
- II. Transferências de recursos estaduais, federais ou internacionais;
- III. Doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;
- IV. Rendimentos de aplicações financeiras;

E-mail: [pmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:pmcaridadedopiaui@gmail.com) - [cmcaridadedopiaui@gmail.com](mailto:cmcaridadedopiaui@gmail.com)

(Continua na próxima página)

Estado do Piauí  
**Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí**  
Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.  
Fone/Fax: (89) 3464-0125  
CEP: 64590-000  
CNPJ: 01.612.573/0001-28

Id:1519052512E0326E



**Prefeitura de Piracuruca**  
"É tempo de prosperar!"

Gabinete do prefeito

V. Recursos decorrentes de multas ou penalidades por descumprimento de leis de proteção à mulher;  
VI. Outras fontes legalmente admitidas.

**Art. 10º** A gestão do Fundo será realizada por o Conselho Gestor e/ou Gestão da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e monitorado pelo conselho CDM, que deverá analisar balanços mensal, assim como aprovar Plano de Ação Anual de Aplicação de recursos.

**Art. 11º** Os recursos do Fundo serão aplicados exclusivamente em:

- I. Projetos de prevenção e combate à violência doméstica;
- II. Cursos de capacitação e geração de renda para mulheres em vulnerabilidade;
- III. Campanhas educativas sobre direitos das mulheres;
- IV. Apoio a abrigos e centros de atendimento à mulher vítima de violência;
- V. Ações de saúde preventiva e assistência psicológica;
- VI. Ações socioassistencial, de forma conjunta;
- VII. E outras/os que venham a se enquadrar dentro das Políticas Públicas para Mulheres.

**Art. 12º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

**Art. 13º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, de transferência oriundos de recursos estadual ou Federal.

**Art. 14º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí-PI, 10 de abril de 2025.

*Cleivanilson José de Carvalho*  
**CLEIVANILSON JOSÉ DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

E-mail: pmcaridadedopiau@gmail.com - caridadedopiau@gmail.com

17/2025

A ordem do dia da sessão n.º 12  
Sala das Sessões da Câmara Municipal  
de Caridade do Piauí - PI  
Em 12 de junho de 2025  
Secretário da Câmara

**APROVAÇÃO**  
Discussão  
*[Assinatura]*  
SECRETÁRIO

**A SANÇÃO**  
Sala das Sessões, Em 12 de junho de 2025  
*[Assinatura]*  
PRESIDENTE DA CÂMARA

Promulgada em: 18.06.2025  
Publicada em: 18.06.2025  
*[Assinatura]*  
CLEIVANILSON JOSÉ DE CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionado em: 18.06.2025  
Publicado em: 18.06.2025  
*[Assinatura]*  
CLEIVANILSON JOSÉ DE CARVALHO  
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto nº 035/2025, de 11 de junho de 2025.

"Dispõe sobre a abertura de Créditos Suplementares por Anulação de Dotações no Orçamento do Exercício de 2025, com a finalidade de atender insuficiência de Dotações Orçamentárias, conforme art. 6º, da Lei 1.916/2024."

FRANCISCO MARCELO CARVALHO MENDES, PREFEITO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementado nos termos da Lei Municipal nº 1.916/2024, art. 6º, a importância de R\$627.000,00 (Seiscentos e vinte e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**SUPLEMENTA:**

| ÓRGÃO: 03.00 – SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS   |       |     |             |
|---|-------|-----|-------------|
| UNIDADE: 03.01 – SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS |       |     |             |
| CONTA   | AT/PR | FR  | VALOR (R\$) |
| 3.3.90.39   | 2003  | 500 | 80.000,00   |

| ÓRGÃO: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO   |       |     |             |
|---|-------|-----|-------------|
| UNIDADE: 04.02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |       |     |             |
| CONTA   | AT/PR | FR  | VALOR (R\$) |
| 3.3.90.36   | 2009  | 500 | 17.000,00   |

| ÓRGÃO: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE   |       |     |             |
|--|-------|-----|-------------|
| UNIDADE: 07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |       |     |             |
| CONTA  | AT/PR | FR  | VALOR (R\$) |
| 3.3.90.30                                      | 2033  | 600 | 330.000,00  |



**Prefeitura de Piracuruca**  
"É tempo de prosperar!"

Gabinete do prefeito

| ÓRGÃO: 08.00 – SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBL. SANITÁRIO   |       |     |             |
|---|-------|-----|-------------|
| UNIDADE: 08.01 – SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBL. SANITÁRIO |       |     |             |
| CONTA   | AT/PR | FR  | VALOR (R\$) |
| 3.3.90.39   | 2021  | 500 | 200.000,00  |

Art. 2º - Para a cobertura dos créditos suplementares serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial, no valor de R\$627.000,00 (Seiscentos e vinte e sete mil reais), nos termos da Lei Municipal nº 1.916/2024, art. 6º, das seguintes dotações orçamentárias:

**ANULA:**

| ÓRGÃO: 05.00 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO   |       |     |             |
|---|-------|-----|-------------|
| UNIDADE: 05.01 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO |       |     |             |
| CONTA   | AT/PR | FR  | VALOR (R\$) |
| 3.1.90.11   | 2039  | 500 | 17.000,00   |

| ÓRGÃO: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE   |       |     |             |
|--|-------|-----|-------------|
| UNIDADE: 07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |       |     |             |
| CONTA  | AT/PR | FR  | VALOR (R\$) |
| 3.3.90.30                                      | 2032  | 600 | 330.000,00  |

| ÓRGÃO: 08.00 – SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBL. SANITÁRIO   |       |     |             |
|---|-------|-----|-------------|
| UNIDADE: 08.01 – SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBL. SANITÁRIO |       |     |             |
| CONTA   | AT/PR | FR  | VALOR (R\$) |
| 3.3.90.39   | 2088  | 500 | 200.000,00  |

(Continua na próxima página)